

1. Uma introdução à Tríplice Fronteira e suas caracterizações

Os ataques terroristas ocorridos no dia 11 de setembro de 2001 contra a sede do Pentágono (Washington) e as Torres Gêmeas do *World Trade Center* (Nova York) são considerados por muitos autores como o mais importante marco histórico do início do século XXI (CHOMSKY, 2002). Talvez nenhum outro evento tenha tido repercussões tão amplas e decisivas sobre a política mundial contemporânea desde o colapso da URSS e o conseqüente fim da Guerra Fria dez anos antes, em 1991. Os atentados significaram um momento de inflexão tanto na história dos Estados Unidos quanto da própria ordem mundial.

No que tange à história dos Estados Unidos, foi a primeira vez em quase dois séculos que o território norte-americano seria atacado diretamente por um inimigo externo. Somente os eventos que ficaram conhecidos como a Segunda Guerra de Independência, ocorridos entre 1812 e 1815, impuseram traumas físicos, materiais e simbólicos próximos àqueles dos atentados de 2001.¹ No que se refere ao plano internacional, ao atingir os principais símbolos do poderio econômico e militar da maior potência mundial, os militantes da rede Al-Qaida impuseram um fim dramático à “América Inviolável” (PECEQUILO, 2003) e contribuíram decisivamente para a consolidação do então emergente unilateralismo norte-americano (SANTORO, 2004). O dia, poderia se dizer, marca o fim de uma era (BOOTH & DUNNE, 2002).²

¹ Dos múltiplos confrontos terrestres e marítimos entre os Estados Unidos e o Império Inglês resultaram mortos mais de 1600 britânicos e 2260 norte-americanos. Além disso, em 1814, os ingleses invadiram Washington e incendiaram prédios públicos da capital, entre eles a Casa Branca, o Tesouro e as construções que então serviam de sede ao Senado e à Câmara dos Representantes (HASTEDT, 2004, p.511). É bastante comum a menção aos ataques de Pearl Harbour (1941) como um exemplo recente de trauma similar. Não questiono aqui a extensão dos danos materiais, humanos e simbólicos decorrentes dos ataques repentinos desferidos pela Marinha Imperial Japonesa contra a Frota do Pacífico da Marinha dos Estados Unidos. Contudo, vale lembrar que a agressão não ocorreu em território continental norte-americano, mas em uma base militar situada no Havaí, que embora seja um dos 50 estados da federação, encontra-se a pelo menos 3,8 mil quilômetros de distância da massa continental do país. Dessa forma, parece-me claro que (1) o caso mais próximo dos ataques do 11/09 seja a Segunda Guerra de Independência e que, (2) embora seja digno de menção, não é razoável pensar que Pearl Harbour tenha tido impacto similar sobre a percepção de vulnerabilidade territorial dos norte-americanos.

² O uso da palavra “dia” não é despropositado. Booth & Dunne (2002, p.1) destacam que o próprio modo como nos referimos ao “11 de Setembro” já o diferencia dos marcos históricos do século XX: pela primeira vez, ao invés de um ano, o marco histórico é apontado com uma data, isto é, com um dia e um mês específico. Ademais, o 11 de Setembro se diferencia de momentos cruciais da história do século XX, pois estes se desenrolavam em uma localidade específica (como, por exemplo, Sarajevo, Vietnã, Bósnia, etc.), enquanto, para os mesmos autores, “o 11 de Setembro foi um lugar que todos compartilhamos”.

Desse modo, seja no contexto particular norte-americano ou numa esfera internacional mais ampla, os impactos do 11 de Setembro se fizeram sentidos em múltiplos âmbitos de forma decisiva.³ Isto considerado, é razoável pensar que também as relações entre Estados Unidos e América do Sul tenham sido direta ou indiretamente afetadas pelos desdobramentos deste evento-chave da história do início do século XXI. Minha proposta de trabalho é analisar um dos âmbitos deste relacionamento. Mais precisamente, a presente pesquisa trabalhará “a questão da Tríplice Fronteira”.

Pelo termo, entendo as múltiplas dinâmicas político-históricas associadas – de forma direta ou indireta – à suposta atuação de agentes do terrorismo internacional ou seus financiadores na região onde confluem as fronteiras de Brasil, Argentina e Paraguai. Focarei minha atenção sobre o processo de representação da Tríplice Fronteira como potencial foco de ameaça à segurança dos Estados Unidos, ou seja, quero estudar o processo de securitização da Tríplice Fronteira. Tendo eleito o governo norte-americano como o principal ator desse processo, analisarei os discursos de seus variados representantes, principalmente as autoridades atuantes no Departamento de Estado e no Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

Meu recorte temporal abrange o intervalo entre os anos de 1992 e de 2004, pois somente retornando ao período anterior aos atentados 11 de Setembro, será possível captar os impactos deste evento sobre os discursos norte-americanos de securitização. A opção por 1992 é bastante óbvia, pois (como veremos em maiores detalhes logo abaixo) é neste ano que ocorre o primeiro atentado terrorista *internacional* na América do Sul, com a explosão da Embaixada de Israel em Buenos Aires. Já a escolha de 2004 se justifica pelo fato deste ano encerrar o período equivalente ao primeiro governo George W. Bush, o que nos possibilitará lidar com uma gama relativamente constante de atores e autoridades alocadas nos ambientes organizacionais do governo dos Estados Unidos. Ademais, o período 2001-2004 abarca os momentos iniciais e decisivos dos diferentes processos de securitização decorrentes do 11 de Setembro, configurando-se como fase temporal

³ Assim como o ocorrido com o fim da Guerra Fria e outros momentos-chave da história das relações internacionais, o 11 de Setembro influenciou grandemente os rumos de nossa disciplina. Para maiores detalhes consultar, por exemplo, os textos de Steve Smith (2004) e Barry Buzan (2002) sobre o tema.

de crucial importância para compreender a dinâmica de construção da Tríplice Fronteira como foco de ameaça à segurança dos Estados Unidos⁴. Entre outros objetivos que exponho mais à frente, a análise deste período quer evidenciar que, ao contrário do que prega o senso comum, a América do Sul não é ignorada no âmbito da Guerra ao Terror. Ao contrário disto, um dos objetivos deste trabalho é demonstrar que região se impôs como um cenário de relevância para a agenda de segurança do governo dos Estados Unidos no pós-11 de Setembro.

1.1. Geografia e história das três fronteiras: caracterizações de um espaço peculiar

O Brasil possui um total de nove tríplexes fronteiras, se por tal termo entendemos a interseção das fronteiras de três diferentes países.⁵ A região que estudaremos nesta pesquisa é a mais notória destas intersecções: a junção entre as fronteiras de Paraguai, Argentina e Brasil.⁶ Um dos fatores que diferencia a Tríplice Fronteira das outras fronteiras tríplexes do Brasil é a presença de três cidades de relevância econômica e/ou demográfica nesta confluência de limites territoriais e a conseqüente intensidade dos fluxos humanos e econômicos que tem lugar na região. As referidas cidades são Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina) e juntas somam uma população de mais de 500 mil habitantes.⁷

⁴ Isto não implica dizer que a securitização esteja finalizada em 2004. Sendo um ato de fala e uma ação intersubjetiva, a representação de uma ameaça existencial deve ser constantemente reforçada por meio das práticas discursivas dos atores. Do contrário, ela tende retornar ao âmbito da política normal, deixando de ser uma questão de segurança (*veremos maiores detalhes deste processo abaixo*). O corte em 2004 deriva somente (1) da necessidade de tornar a pesquisa metodologicamente viável e (2) da constatação que a fase de disputa mais intensa quanto à atribuição de *status* de ameaça existencial tendem a se dar exatamente neste período inicial do movimento de securitização.

⁵ São elas as fronteiras Brasil-Guiana Francesa-Suriname no AP; Brasil-Suriname-Guiana no PA; Brasil-Guiana-Venezuela em RR; Brasil-Venezuela-Colômbia no AM; Brasil-Colômbia-Perú também no AM; Brasil-Peru-Bolívia no AC; Brasil-Bolívia-Paraguai no MS; Brasil-Paraguai-Argentina no PR (nosso foco de atenção); e, por fim, Brasil-Argentina-Uruguai no RS.

⁶ Neste trabalho, reservo a expressão “Tríplice Fronteira” com letras iniciais maiúsculas a esta porção geográfica particular do Cone Sul e a nenhuma das outras fronteiras tríplexes do Brasil ou àquelas existentes em outros pontos do Mundo.

⁷ Número resultante do somatório dos dados fornecidos por Béliveau & Montenegro (2006). Foz do Iguaçu tem o maior contingente populacional, somando 301.209 habitantes, segundo estimativa feita em 2005 pelo IGBE. Ciudad del Este tem 170.000 habitantes de acordo com dados de 2004, provenientes da *Dirección General de Estadística*. Por último, Puerto Iguazu tem 32.038 habitantes conforme o censo de 2001 do *Instituto Nacional de Estadística y Censo* (INDEC) da Argentina.

As cidades se localizam no ponto de encontro dos rios Paraná e Iguazu. O Rio Paraná separa Ciudad del Este de Foz do Iguazu, que são ligadas pela Ponte da Amizade. Já Foz do Iguazu e Puerto Iguazu são separadas pelo Rio Iguazu e conectadas pela Ponte Tancredo Neves – cujo nome original era Ponte da Fraternidade (ver Anexos – Figuras 1, 2 e 3). Esta infra-estrutura integra três cidades e contribui para a formação de um “sistema *internacional* urbano” (RIBEIRO, 2006, p.253, grifo meu) que caracteriza a região e torna a Tríplice Fronteira um caso bastante particular se comparada às outras fronteiras tríplices do Brasil.⁸

O povoamento da região começou em 1888 com a colônia militar de Iguazu.⁹ O processo de ocupação é iniciado tanto por Brasil quanto por Argentina após a Guerra do Paraguai com vistas a estabelecer postos avançados que permitissem a ambos os países atuar sobre a confluência dos rios Paraná e Iguazu. A região de encontro destes dois cursos d’água era então considerada estratégica em termos geopolíticos devido à relevância de ambos os rios para a comunicação e transporte em territórios até então parcamente ocupados. A partir da infra-estrutura provida pelos postos militares estabelecidos por Brasil e Argentina, se desenvolvem as cidades de Foz do Iguazu e Puerto Iguazu.

Até os anos 1940, a região foi povoada de modo muito esparsa, mas a partir da década de 1950, há um acirramento das disputas entre os governos militares brasileiro e argentino pela preponderância no cenário geopolítico sul-americano. Esta nova conjuntura levou tais países a cogitar a possibilidade de um conflito, fazendo com que voltassem seus olhares novamente para a região de fronteiras comuns, pois acreditavam que “o desenvolvimento social e econômico, aliado a políticas populacionais em regiões fronteiriças, eram meios efetivos de defender suas fronteiras ameaçadas” (FERRADÁS, 2004, p.421).

⁸ Uma forma alternativa de descrever a região foi oferecida pelo jornal Folha de S. Paulo, para o qual “a região conhecida como Tríplice Fronteira é praticamente uma cidade com três ‘bairros’, em países diferentes: Foz do Iguazu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Argentina (Puerto Iguazu). Foz do Iguazu [...] é o ‘bairro’ residencial, mais rico, com forte presença árabe. Ciudad del Este [...] é o ‘bairro’ comercial, no qual competem árabes, chineses, japoneses, brasileiros, paraguaios e argentinos. Já Puerto Iguazu, é o ‘bairro’ mais pobre dos três. Tem [...] poucos estabelecimentos comerciais, vendendo alimentos e produtos típicos em couro (SAIBA, 2003).

⁹ As cidades em separado só iriam se formar mais tarde. O “Município do Iguazu” foi criado em 1914 e integrado ao Estado do Paraná. A cidade que a partir de 1989 foi denominada “Ciudad del Este” – em momentos anteriores chamada de “Puerto Flor de Liz” e “Puerto Presidente Stroessner” – foi fundada em 1957. Já a fundação de “Puerto Iguazu” remonta a 1901 (RABOSSI, 2004; BÉLIVEAU & MONTENEGRO, 2006, p.19-22).

No âmbito destas políticas governamentais, as décadas de 1960 foram marcadas pela grande ampliação do contingente populacional local. O maior surto de crescimento se dá na década de 1970 com a construção da barragem e da usina hidrelétrica de Itaipu, que empregou cerca de 40.000 trabalhadores em suas obras: entre os anos de 1970 e 1980, a população de Foz do Iguaçu quadruplicou, passando de 33.966 para 132.321 habitantes. Este grande influxo, entretanto, não trouxe somente brasileiros, argentinos e paraguaios à região.¹⁰

Desde o final de década de 1960, Ciudad del Este e principalmente Foz do Iguaçu se tornariam o destino de grande contingente de imigrantes de origem árabe que deixavam seus países para fugir dos conflitos que tiveram lugar no Oriente Médio após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo durante a Guerra Civil do Líbano (1975-1990). Atualmente, a comunidade de descendência árabe presente na região é considerada a segunda mais importante da América do Sul, somente superada pela presente em São Paulo. Até o presente momento, todavia, não há um censo específico que nos permita afirmar com precisão quantos são os árabes descendentes na área. As estimativas variam muito, com certas fontes mencionando cerca de 10 mil pessoas, enquanto outras calculam aproximadamente 30 mil indivíduos. Embora não-oficial, a estimativa mais razoável e atual da população da colônia árabe na Tríplice Fronteira nos fala aproximadamente “18.000 indivíduos, majoritariamente libaneses, em uns 90%, e uma pequena porcentagem de sírios, egípcios, palestinos e jordanianos” (BÉLIVEAU & MONTENEGRO, 2006, p.24).

O fato de uma parcela dos imigrantes que residem na região ser original do Vale do Bekaa – zona no extremo sul libanês, fronteira com Israel, tida como o núcleo de atuação do Hizballah¹¹ – e enviar periodicamente variadas somas de

¹⁰ O período de formação do crime organizado na região remonta a este período de drástico aumento da população local. Para uma análise histórica da gênese do crime organizado na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai, ver a contribuição de Argemiro Procópio (2003).

¹¹ Utilizo aqui esta forma particular de transliteração e não “Hezbollah” – a mais comumente utilizada na mídia brasileira – por dois motivos. Primeiramente, há uma consideração *fonética*. A palavra “Hezbollah” é uma espécie de “importação” imprecisa do idioma inglês. No caso deste último, a pronúncia da língua permite uma razoável equivalência fonética com a fala original em árabe, o que já não ocorre no caso da língua portuguesa. Assim, caso pronunciemos “Hezbollah” a partir da estrutura fonética da língua inglesa norte-americana (que grosseiramente poderíamos tratar aqui como o *sotaque* do falante), conseguiríamos obter alguma equivalência com a pronúncia original da palavra em língua árabe. Porém, obviamente, a estrutura fonética da língua portuguesa falada no Brasil é diferente daquela do inglês nos EUA e, por conseguinte, a pronúncia de “Hezbollah” por um falante brasileiro diferirá consideravelmente da pronúncia original em árabe. Alternativamente, temos a melhor correspondência fonética árabe-português em “Hizballah” ou, em menos

dinheiro para o Líbano, levou diversas autoridades norte-americanas a levantarem a hipótese de que a Tríplice Fronteira estivesse servindo como (1) fonte de financiamento para o Terrorismo Internacional e/ou (2) refúgio onde agentes de diversos grupos considerados terroristas pelos Estados Unidos – entre eles, Hizballah, Jihad Islâmica, Gama’ a al-Islamiyya, Hamas e Al-Qaida – permaneciam imunes ao escrutínio de autoridades de segurança.¹²

O ano de 1992 marcou a primeira vez em que se cogitou a possibilidade de que terroristas estivessem atuando na região. Neste ano, um atentado contra a Embaixada de Israel em Buenos Aires, deixou 29 mortos. Dois anos mais tarde, em 1994, um carro-bomba foi lançado contra a *Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas* (AMIA) vitimando 85 pessoas e ferindo aproximadamente 300 outras. Foram estes os dois eventos que fizeram com que a América do Sul se tornasse definitivamente um dos focos de atenção dos Estados Unidos no campo do terrorismo internacional.

As especulações sobre a suposta vinculação da fronteira comum entre Brasil, Argentina e Paraguai com o terrorismo internacional se deu exatamente quando investigações conduzidas pela SIDE¹³ – com o apoio direto da CIA, FBI, Departamento de Justiça norte-americano e do Mossad israelense – indicaram que o responsável pelo atentado suicida contra a AMIA teria entrado na Argentina pela Tríplice Fronteira (ESCUDE & GUREVICH, 2003).¹⁴

1.2.

medida, também em “Hizbollah”. Entretanto, creio ser conveniente optar pela primeira possibilidade devido a uma segunda consideração, agora de natureza *semântica*: “Hizbollah” deixa mais claro aos leitores em língua portuguesa o sentido original da expressão em árabe. “Hizb” (Partido) somada a “Allah” (Deus) dão origem ao termo “Hizbollah” (Partido de Deus). Atualmente, há um amplo debate sobre se o Hizbollah seria um partido político dotado de um braço armado (caso que se aproximaria da relação entre o IRA e o Sinn Fein na Irlanda do Norte) ou meramente um grupo terrorista (ZIAD, 2003). O Departamento de Estado norte-americano classifica a organização como um grupo terrorista.

¹² Para a listagem dos grupos classificados como Organizações Terroristas Estrangeiras (*Foreign Terrorist Organizations* - FTOs) pelo governo norte-americano, consultar: <<http://www.state.gov/sct/rls/fs/37191.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2008.

¹³ A SIDE ou *Servicio de Inteligencia del Estado* foi a agência de inteligência da Argentina até 2001. Neste ano, o Artigo 51 da Lei 25.520 de Reforma da Inteligência mudou na denominação da SIDE (Secretaría de Inteligencia de Estado) para S.I. (*Secretaría de Inteligencia*) e aboliu o decreto secreto 416/76. Para maiores detalhes, consultar: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/70000-74999/70496/norma.htm>>. Acesso em 07 mar. 2008.

¹⁴ Para um debate sobre os atentados contra a AMIA, ver Amaral (2007b) e Costa (2008).

Olhares sobre a encruzilhada: um balanço da literatura sobre a Tríplice Fronteira

A inter-relação entre a Tríplice Fronteira e as imputações que a representam como uma área relacionada ao terrorismo internacional se faz sentida até na própria origem do termo utilizado para denominar este espaço transfronteiriço. Quando pesquisamos a história dos modos de se referir à confluência das fronteiras de Brasil, Paraguai e Argentina, podemos constatar que “antes dos anos [19]90, quando aparecia uma referência para a região em seu conjunto, se falava de zona, região ou área das três fronteiras” (RABOSSI, 2004, p.24).¹⁵ Até este momento, a junção das três fronteiras ainda *não* era tida como uma entidade única e distinta das diferentes partes que a compunham. Havia somente as três fronteiras (no plural) de Brasil, Argentina e Paraguai e não a Tríplice Fronteira (no singular).

A transformação no substantivo próprio ‘Tríplice Fronteira’ aparece a partir da suspeita da presença de terroristas islâmicos na região depois dos atentados na Embaixada de Israel em 1992 e, particularmente, depois dos atentados à Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas [AMIA] em 1994. Em 1996, essa denominação será incorporada oficialmente pelos governos dos respectivos países no ‘encontro dos Ministros do Interior da República Argentina, da República do Paraguai e da Justiça da República Federativa do Brasil’ firmado na cidade de Buenos Aires (RABOSSI, 2004, p.24).

Desta maneira, o próprio conceito de Tríplice Fronteira – enquanto uma entidade independente que transcende as partes que a compõem, mas sem negá-las – nasce intimamente relacionado a questões de segurança, mais especificamente ao terrorismo e outras dinâmicas de caráter inter- e transnacional. Em certo sentido, “a novidade de Tríplice Fronteira se inscreve [no âmbito destas] transformações a nível mundial e regional sobre [1] a percepção de determinados problemas, [2] sua incorporação em novas agendas de segurança e [3] sua utilização como estratégia de alinhamento político” (RABOSSI, 2004, p.24).

Com este argumento, Rabossi toca em um ponto crucial: ao trabalhar a Tríplice Fronteira somos impelidos a analisar sua incorporação às novas agendas de segurança e pensar as possibilidades políticas que decorrem desta potencial ins-

¹⁵ A expressão mais comumente utilizada em língua inglesa para se referir à Tríplice Fronteira e a outras fronteiras tríplices é “Triborder Area” e a sigla correspondente “TBA”, sendo mais próxima à aceção original a que se refere Rabossi. Ainda em inglês também são usadas as outras expressões “Tri-Border Area”, “Tri-Border Region” e “Triple Frontier”. Já em espanhol, temos em “Triple Frontera” a referência mais comum.

trumentalização. Mas mesmo diante desse imperativo, até o presente momento ainda são escassos os estudos que se propõem a trabalhar este ponto. A questão da Tríplice Fronteira ainda é um tema tão polêmico quanto subexplorado. A motivação para desenvolver um estudo devidamente aprofundado sobre o referido tópico se originou, precisamente, desta constatação.

Um levantamento preliminar da literatura sobre a Tríplice Fronteira nos permite observar quatro diferentes tipos de produção. *Primeiramente*, temos os trabalhos *investigativos*, que compõem a maior parte da literatura disponível sobre a questão da Tríplice Fronteira. Trata-se da parte da literatura que se propõe a descobrir informações (ou meramente a sistematizar informações já descobertas) sobre a suposta presença do terrorismo internacional na região com o propósito de falsear ou confirmar esta hipotética vinculação. Assim, se pretendem potenciais reveladores de “verdades secretas” sobre a região. São compostos em sua maioria por relatos baseados em fontes jornalísticas e “fontes governamentais que preferem não se identificar”. É fato comum citarem-se mutuamente, reproduzindo acriticamente os argumentos apresentados por seus pares e se esquivando de buscar as fontes originais dos discursos que replicam. Querem alertar para o que consideram a *indubitável* ameaça terrorista no hemisfério ocidental (STEINITZ, 2003), o que os faz eliminar de antemão representações alternativas sobre a região. Em suma, basicamente não problematizam os pressupostos tradicionalmente adotados pelos autores que os antecederam. Os textos de Sverdilick (2005) e Bartolomé (2003), assim como os notórios trabalhos de Hudson (2003) e de Corach & Baizan (2002, 2003), são os mais claros exemplos deste tipo de produção, embora seja possível listar tantos outros (PRICE, 2001; GARRASTAZU & HARR, 2001; RABER, 2003; LEWIS, 2006).

Em *segundo* lugar, há os textos *orientados para políticas governamentais* ou *policy-oriented*. Baseados nas mesmas fontes que os investigativos, se diferenciam destes pois se propõem a ir além da averiguação sobre a presença de terroristas e/ou seus financiadores na Tríplice Fronteira para propor estratégias e táticas de atuação governamental que permitam enfrentar as “ameaças” que se situam na região. Desta forma, admitem *a priori* que a área constitui um problema e que a ameaça à segurança dos governos nacionais já é um fato inquestionável. Assim, tal qual os investigativos, os textos orientados para políticas governamentais tam-

bém reproduzem e reforçam de maneira acrítica os discursos hegemônicos sobre a Tríplice Fronteira. Nesta categoria se inserem os trabalhos de Abbott (2005), Mendel (2003) e Martínez (2005), assim como a parte de conclusões e recomendações do mesmo Hudson (2003). Além destes, impossível não mencionar os *Congressional Research Service Report for Congress*, escritos por demanda do Congresso norte-americano, nos quais são debatidas questões como o terrorismo na América Latina e suas implicações para as políticas norte-americanas (SULLIVAN, 2001, 2005).

Uma *terceira* e cada vez mais freqüente forma de abordar a questão da Tríplice Fronteira é através de textos *tangenciais*, ou seja, de estudos que tocam no tema de maneira pontual, normalmente tomando a região como exemplo ilustrativo ou estudo de caso de uma temática mais geral. Nestes casos, a Tríplice Fronteira não é o objeto prioritário, mas apenas um tema que *tangencia* o foco principal do estudo. Os textos tangenciais destacam-se dos anteriores por sua maior elaboração teórica, recorrendo, mesmo que de forma incipiente, a autores especializados nas áreas das Relações Internacionais, Criminologia, Ciência Política, etc. No entanto, ainda o fazem tendo questões de segurança como seu principal foco de interesse. Dessa maneira, assim como os textos das categorias anteriores, os textos tangenciais ainda trilham o caminho da securitização das fronteiras comuns de Brasil, Argentina e Paraguai. O livro de Moisés Naím (2006) é um claro exemplo, pois aborda a temática dos ilícitos transnacionais de forma abrangente, passando por várias modalidades de crime em diversos locais do mundo, para dedicar um trecho específico à Tríplice Fronteira e aos problemas de segurança que o autor identifica na região. Em movimento similar, a região é o estudo de caso escolhido por Cristina Kittner (2007) para ilustrar sua argumentação sobre os “santuários” (*safe havens*) do terrorismo islâmico no mundo. Por fim, o quadro de estudos tangenciais é complementado por um heterogêneo conjunto de autores vinculados a variados órgãos de pesquisa e investigação, tanto civis quanto militares (ARIAS, 2007; CIRINO, ELIZONDO & WAWRO, 2004; SHELLEY & PICARELLI, 2005; SHELLEY et al., 2005).

Temos de destacar, porém, que este crescente número de escritos dispostos a abordar a questão da Tríplice Fronteira, tem mascarado um problema que continua a marcar grande parte destes trabalhos: a *subteorização*. Nesse sentido, embora

após os atentados de 11 de Setembro possamos vislumbrar um claro avanço no aspecto *quantitativo* da produção de textos sobre a temática, o componente *qualitativo* destas abordagens ainda está aquém do desejado ou aceitável enquanto contribuição relevante ao debate acadêmico. Em outros termos, embora possamos nutrir esperanças de superar a subexploração da temática, ainda estamos diante de um franco risco de subteorização. Como já mencionei, somente os textos tangenciais costumam ser munidos de alguma fundamentação teórica, enquanto os investigativos e os orientados para políticas governamentais têm um caráter quase que exclusivamente empírico, sem problematizar as representações discursivas que disseminam. São, assim, abordagens insatisfatórias, pois sofrem de patente pobreza analítica derivada de seu caráter meramente descritivo.

Identificando estas deficiências, um *quarto* grupo de estudo tem paulatinamente emergido e ganhado força na literatura: os estudos *analítico-teóricos* sobre a Tríplice Fronteira. Partindo de campos tão variados quanto a Antropologia (RABOSSO, 2004; RIBEIRO, 2006) e a Sociologia (BÉLIVEAU & MONTENEGRO, 2006), estas novas abordagens nos permitem acreditar que é possível aliar uma rica pesquisa empírica a uma competente reflexão teórica sobre a região fronteiriça. Ao contrário das abordagens anteriores, que buscam falsear ou comprovar a hipotética vinculação da área ao terrorismo internacional, as contribuições analítico-teóricas pretendem promover novos olhares sobre a região e novas interpretações sobre seus problemas. As diferenças começam pelas fontes utilizadas: enquanto as abordagens tradicionais se utilizam de relatos elaborados por indivíduos externos à comunidade (comumente jornalistas e as sempre obscuras “fontes governamentais” que preferem não se identificar), as novas abordagens recorrem a atores locais (sejam líderes comunitários, religiosos, políticos ou o cidadão comum), realizando entrevistas e outros métodos para dar voz a diferentes narrativas sobre a região. Assim operando, adotam uma postura crítica frente a discursos hegemônicos e buscam representações alternativas sobre a área, problematizando os pressupostos tradicionalmente adotados pelas três abordagens apresentadas acima.

Esta nova postura ganha adequada ilustração na pertinente crítica de Fernando Rabossi aos termos do atual debate sobre a Tríplice Fronteira. Em tom de reprovação, o autor nos adverte: “quem escreve sobre a região parece estar conde-

nado ao dilema de Hamlet objetivado na interpelação à comunidade área da fronteira: são ou não são terroristas?” (RABOSSO, 2007, p.287). Seria necessário, pois, oferecer novas interpretações sobre os árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e em Ciudad del Este. Ou em outras palavras, seria imperativo alterar os próprios termos do debate sobre a Tríplice Fronteira para que sejamos capazes de escapar aos grilhões epistêmicos, lingüísticos e metodológicos que têm (de)limitado o espaço de possibilidades das discussões sobre o tema

O mais completo e denso texto representante destas novas abordagens é assinado por duas cientistas sociais argentinas que trabalham Tríplice Fronteira como uma entidade imaginada, um espaço socialmente construído através das representações dos atores que a ele se referem e lhe conferem atributos (BÉLIVEAU & MONTENEGRO, 2006).¹⁶ Em seu argumento e nos demais discursos dos autores da corrente analítico-teórica, a região não é reificada, mas tida como um produto essencialmente social, como um espaço essencialmente fluido, multiforme e portador de atributos muitas vezes contraditórios, que expressam as disputas entre as distintas representações que são atribuídas à Tríplice Fronteira.

Mas apesar de inovadoras e bem-vindas, as contribuições mencionadas ainda não nos servem plenamente por um simples motivo: não tratam de forma exclusiva, direta e específica dos discursos norte-americanos sobre a suposta presença de agentes do terrorismo internacional ou de seus financiadores na Tríplice Fronteira. Em outras palavras, os autores citados desenvolvem estudos teoricamente sofisticados sobre a região, mas não tem questões de segurança como seu foco central. Nenhum deles, aliás, faz uso em larga medida da literatura específica da subárea de Segurança Internacional. Somente os trabalhos desenvolvidos por Guillermina Seri (2003, 2004) poderiam ser lembrados como uma contribuição informada pela Teoria das Relações Internacionais. Mas nem mesmo esta autora prima pelo uso de autores especializados em Estudos de Segurança. Nesse sentido, não seria exagero afirmar que são extremamente escassas as abordagens *analítico-teóricas* sobre a questão da Tríplice Fronteira que provêm do campo específico da disciplina de Relações Internacionais e menos freqüentes ainda aquelas que se originam da subárea da Segurança Internacional.

¹⁶ Para uma resenha do livro, ver Amaral (2008).

A pesquisa aqui proposta almeja contribuir para minorar esta deficiência. Aspiro ir além das abordagens até hoje oferecidas e tratar da problemática da Tríplice Fronteira a partir do marco teórico dos Estudos de Segurança Internacional, aliando uma análise empírica competente a um arcabouço teórico satisfatório. Desta maneira, ao desvendar os mecanismos através dos quais a Tríplice Fronteira foi securitizada pelos Estados Unidos, recorrei a ferramentas analíticas até então não aplicadas à temática para assim inserir este trabalho de forma oportuna nos debates mais amplos sobre a questão da Tríplice Fronteira.

1.3.

Justificativas para o estudo da questão da Tríplice Fronteira

No campo particular dos estudos sobre segurança internacional, a Tríplice Fronteira tem sido associada à imagem de uma área sem lei em que inexistem controles estatais e o crime organizado prospera explorando o livre fluxo de ilícitos transnacionais de variadas naturezas. Com os atentados à Embaixada de Israel em 1992 e à *Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas* (AMIA) em 1994, o governo argentino levantou a tese de que o Hizballah teria sido o responsável pelos ataques à bomba e que os militantes do grupo teriam usado a Tríplice Fronteira como refúgio para planejar a execução dos atentados. Como já vimos, é a partir deste momento que a região entra efetiva e definitivamente na agenda de segurança das autoridades regionais (sobretudo as argentinas) e passa a ser objeto de escrutínio de um maior número de analistas (CONNOLLY, 1995).

Entre os anos de 1994 e 2001, a controvérsia acerca da suposta associação da região ao terrorismo internacional não se torna o centro do debate na literatura acadêmica. As análises ainda se focavam, majoritariamente, sobre o crime organizado e a ausência de controles estatais (ROBINSON, 2000). E é precisamente ao longo deste período que foi gerada a maior parcela dos estigmas que hoje pesam sobre a Tríplice Fronteira. Já nesta época a região começa a se tornar vítima de estereótipos que a retratam como um lugar maldito, uma “área cinzenta” controlada por organizações “metade criminosas, metade políticas” (BARTOLOMÉ, 2003, p.34). De todas as representações, sem dúvida a mais agressiva nos é fornecida por Robinson (2000), quem alega que:

The anus of the earth is cut into the jungle on the Paraguayan side of the Paraná River – a home-away-from-home for then South American drug cartels, Chinese Triads, Japanese Yakusa, Italian gangsters, Russian gangsters, Nigerian gangsters and Hezbollah terrorists – and is called Ciudad del Este. A city of two hundred thousand hustlers, whores, hoodlums, revolutionaries, thugs, drug traffickers, drug addicts, murderers, racketeers, pirates, mobsters, extortionists, smugglers, hit men, pimps and wannabes, it was the creation of Paraguay’s former dictator, Alfredo Stroessner (ROBINSON, 2000, p.13).

Dentro desta visão estereotípica da região, as caracterizações atribuídas a Ciudad del Este poderiam ser estendidas a toda a Tríplice Fronteira já que a cidade é tida como o centro deste espaço que condensa todos os problemas de segurança contemporâneos. Esta postura, contudo, não é uma exclusividade de Robinson. O mesmo Moisés Naím (2006) que citamos na seção anterior se refere à Tríplice Fronteira como um “grande ponto de encontro para contrabandistas de todos os tipos”, uma região que se tornou atrativa para esses atores devido a “sua legislação fácil, governo passivo e suas forças policiais irrelevantes ou sob controle [do crime organizado]” (NAÍM, 2006, p.136).

Diante da complexidade intrínseca à realidade empírica, não seria exagero dizer estas visões da Tríplice Fronteira são um tanto quanto caricaturais. Isto não implica negar a existência de atividades ilícitas na região, mas reconhecer que ao classificar todos os habitantes de Ciudad del Este como criminosos ou alegar que o controle estatal na região é intrinsecamente corrupto ou ineficiente, estamos operando generalizações simplistas. Mas independentemente de possuírem ou não correspondência empírica, tais representações informam e pretendem justificar as práticas políticas dos diversos atores que operam na Tríplice Fronteira. A política de segurança dos Estados Unidos para a América do Sul no âmbito da Guerra ao Terror, por exemplo, apresenta-se como um dos campos que serão influenciados por estas dinâmicas.

Ainda sob os impactos do 11 de Setembro, a percepção da Tríplice Fronteira como potencial refúgio de agentes do terrorismo internacional teria levado Douglas Feith – então Subsecretário de Defesa dos Estados Unidos, o terceiro na hierarquia do Pentágono, somente abaixo do Secretário Donald Rumsfeld e do vice-secretário Paul Wolfowitz – a cogitar um ataque norte-americano à região. No único ponto em que o termo “América do Sul” é mencionado ao longo de todo o relatório da comissão sobre o 11 de Setembro, o documento nos informa que:

Em um memorando que aparenta ser do Subsecretário de Defesa, Douglas Feith, para Rumsfeld, datado de 20 de Setembro [de 2001], o autor [Feith] manifestou desapontamento com as limitadas opções imediatamente disponíveis no Afeganistão e a falta de opções em solo. O autor [Feith] sugere, em lugar disso, atacar terroristas fora do Oriente Médio na ofensiva inicial, talvez escolhendo deliberadamente um alvo não al-Qaida como o Iraque. Como eram esperados ataques dos Estados Unidos no Afeganistão, *um ataque americano na América do Sul* ou no Sudeste da Ásia poderia ser uma surpresa para os terroristas (KEAN & HAMILTON, 2004, p.559-560; CASADO & PASSOS, 2007, grifo meu).

No mesmo sentido, Seymour M. Hersh (2004) – prestigiado repórter norte-americano, ganhador do Prêmio Pulitzer e responsável pela divulgação do massacre de My Lai¹⁷ – nos informa que, alguns dias depois dos ataques de 11 de Setembro, o então Secretário de Defesa Donald Rumsfeld pediu que:

O General Charles Holland, da Aeronáutica, comandante de quatro estrelas das Operações Especiais [...], compilasse uma lista de alvos terroristas para retaliação imediata. O General retornou duas semanas mais tarde com quatro possíveis alvos – fortalezas islâmicas suspeitas na Somália, Mauritânia, Filipinas e na *Tríplice Fronteira*, ponto onde se encontram Brasil Paraguai e Argentina (HERSH, 2004, p.289-290, grifo meu).¹⁸

Diante das implicações políticas que podem derivar desta representação norte-americana acerca da suposta presença de agentes do terrorismo internacional na Tríplice Fronteira, parece-nos claro que a presente pesquisa tem uma relevância que transcende a academia. Ao analisar o processo de securitização da Tríplice Fronteira e perguntar sobre as conseqüências políticas desta dinâmica, o trabalho nos permite criticar os desdobramentos práticos de algumas das imputações feitas à região, assim como olhar para aspectos muitas vezes negligenciados deste processo.

¹⁷ Também transliterado do alfabeto vietnamita como “Mi Lai”. Trata-se do massacre, em 16 de março de 1968, no Vietnã do Sul, de mais de 300 pessoas – a maior parte composta de mulheres, crianças e idosos desarmados – por tropas do exército norte-americanas. A grande quantidade de minas terrestres da região em torno da aldeia de My Lai havia causado diversas baixas na Companhia “Charlie” do Exército, o que levou um grupo de mais de 120 homens liderados pelo Capitão Ernest Medina a perpetrar o assassinato em massa contra o povoado. Após investigações realizadas pelas próprias Forças Armadas norte-americanas, Seymour Hersh tomou conhecimento sobre o caso e publicou a denúncia em novembro de 1969. A notícia causou grande comoção e revolta tanto dentro e fora dos Estados Unidos, incrementando significativamente as pressões domésticas e internacionais para o fim da Guerra do Vietnã.

¹⁸ Devo a localização da referida passagem de texto à indicação do Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Coordenador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO), núcleo de pesquisa onde atuo, desde 2004, como pesquisador-associado ao *Grupo de Acompanhamento e Análise do Terrorismo Internacional* (GAATI). Maiores detalhes em: <www.tempopresente.org>. Acesso em: 13 mai. 2008

1.4. Objetivos, problema de pesquisa e hipóteses

Nossa *pergunta* de pesquisa encerra um caráter intencionalmente dúplice que nos permite buscar duas diferentes metas de pesquisa ao tentar respondê-la. Ao nos questionarmos *como a Tríplice Fronteira foi inserida pelo governo norte-americano na agenda de segurança dos Estados Unidos*, podemos caminhar tanto no sentido de analisar o próprio (1) *processo* de inserção como o (2) *resultado* final desta dinâmica. O primeiro “como” é um (1) *método* de inserção, já o segundo é um (2) *modo* de inserção. Por exemplo: (1) à primeira aceção da pergunta poderíamos responder que “a Tríplice Fronteira foi inserida por meio da sua representação como um foco de ameaça à segurança norte-americana”; (2) à segunda aceção da pergunta, poderíamos responder que “a Tríplice Fronteira foi inserida como uma prioridade estratégica”.

Uma questão posta desta forma nos oferece diversos ganhos analíticos. Temos, primeiramente, uma única pergunta que nos permite duas diferentes respostas que não são mutuamente excludentes, mas sim complementares. Além disso, seguindo as lições de Fisher (1970, p.15), perguntas que utilizam “como” (*how-questions*) são mais adequadas do que as perguntas que utilizam “porque” (*why-questions*) por um importante motivo. As últimas pressupõem que possamos desvendar os motivos e propósitos secretos dos atores, uma tarefa de impossível operacionalização e à qual as perguntas que utilizam “como” corretamente não têm a pretensão (*sic*) de realizar.

Mesmo que por razões e caminhos distintos, Roxanne Lynn Doty (1993, p.298) apóia o argumento de Fisher, também defendendo pela maior utilidade analítica das perguntas que utilizam “como”. Segundo a autora, perguntas que utilizam “porque” são incompletas, pois tomam como dados os sujeitos e as práticas sociais em jogo, trabalhando somente a *probabilidade* de uma determinada ação em um contexto não-problematizado. Doty advoga em prol das questões que utilizam “como”, pois estas nos permitem trabalhar em termos de *possibilidade* das ações, isto é, analisar quais as *condições que tornam a ação possível*. Nas palavras da própria autora, as perguntas que utilizam “como” nos permitem:

Examinar como os significados são produzidos e acoplados a vários sujeitos/objetos sociais, desta forma constituindo disposições interpretativas particulares que *criam certas possibilidades e obstruem outras*. O que é explicado não é *porque*

um resultado particular foi obtido, mas, ao invés disso, como os sujeitos, objetos e disposições interpretativas são socialmente construídos, de modo a fazer com que certas práticas sejam tornadas possíveis (DOTY, 1993, p.298, grifo meu).

Embora não nos proponhamos a analisar a constituição dos sujeitos estatais (os governos de Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos) que protagonizam este processo de significação, uma pergunta que utiliza “como” nos habilita a compreender e a problematizar as práticas operadas por eles, tornando-se particularmente interessante se nos propusermos a refletir sobre as atribuições de predicados à Tríplice Fronteira. Além disso, nos permite observar que as representações sobre a área já foram diferentes no passado e, conseqüentemente, pensar que elas poderão ser outras no futuro. Dessa forma, configura-se como a melhor escolha metodológica se temos como objetivo analisar a mutação da Tríplice Fronteira de uma “área sem lei”, motivo de preocupação quase exclusiva dos três países sul-americanos, para um “refúgio de terroristas” e foco de ameaça à segurança dos Estados Unidos após o 11 de Setembro.

Nossa *hipótese* de trabalho é que os Estados Unidos foram autorizados a se engajar nas atividades de monitoramento e proposição de políticas de segurança para a Tríplice Fronteira após operar uma bem-sucedida construção social da ameaça terrorista na região, um movimento realizado através de discursos que permitiam, justificavam e na verdade demandavam uma maior participação norte-americana nesta questão com o propósito de garantir a segurança dos cidadãos e interesses do país na América do Sul.

Acredito ainda ser capaz de demonstrar dois argumentos secundários: (1) que os atentados de 11 de Setembro serviram como um *catalisador* que permitiu aos Estados Unidos concretizar uma antes incipiente, mas agora efetiva securitização da área; e (2) que este revigorado engajamento norte-americano na Tríplice Fronteira nos indica que a América do Sul *não foi ignorada* na guerra ao terrorismo *internacional*, mas inserida como potencial refúgio desta ameaça ou sua fonte de financiamento.

Minha alegação sobre o papel do continente sul-americano, vale sublinhar, não é óbvia. A maior parte dos analistas que se propõe a estudar a Guerra ao Terror sequer menciona a América do Sul em seus textos, concentrando-se na atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio. Para Mario Vargas Llosa, por exemplo, os atentados de 11 de Setembro implicaram um afastamento dos Estados Unidos aos

países latino-americanos, já que “na Guerra contra o Terror, a América Latina é um cenário irrelevante” (VARGAS LLOSA *apud* CALVO, 2006). Esta avaliação, contudo, é facilmente contestada quando lembramos o caso colombiano. Messari (2003), por exemplo, avança com propriedade neste sentido, destacando a promoção de democracia e o combate ao narcotráfico – no Peru e, principalmente, na Colômbia – como os dois principais eixos de envolvimento dos Estados Unidos na segurança da América Latina no momento pós-Guerra Fria. Para o mesmo autor, o 11 de Setembro marca um momento de inflexão histórica que impele a uma reformulação da política norte-americana para o hemisfério. Em suas palavras:

Dentro da prioridade que os Estados Unidos passavam a dar ao combate militar e à luta frontal contra o terrorismo, o lugar da América Latina teve de ser redimensionado. A ênfase na estabilidade democrática outorgava à América Latina uma posição de destaque como um modelo de transição democrática entre as economias emergentes. A ênfase do combate ao terrorismo centraliza toda a importância da América Latina no caso da Colômbia, enquanto relega o resto do subcontinente ao esquecimento e à categoria de irrelevante (MESSARI, 2003, p.145).

Sem dúvida, a abordagem apresentada por Messari representa um grande avanço se comparada à generalização equivocada de Vargas Llosa. Mas nem mesmo Messari menciona a Tríplice Fronteira como um segundo ponto focal capaz de atrair a atenção e o interesse do governo norte-americano no que se refere à sua agenda de segurança para a América Latina. É precisamente neste ponto que minha contribuição se pretende útil. Almejo, assim, fazer uma crítica ao diagnóstico errôneo de Vargas Llosa e complementar a análise mais minuciosa de Messari. Nesse sentido, caminharei junto ao último autor, reconhecendo que a América do Sul tem, *sim*, um papel relevante na agenda norte-americana de combate ao terrorismo internacional, mas destacando um foco de atenção até então não mencionado, qual seja, a Tríplice Fronteira.

1.5. Proposta de trabalho, instrumentos analíticos e metodologia

If the object is to identify how games change, one has to go to the language of context, rather than comparing a static Picture with the world.

KARIN FIERKE, Links across the Abyss, 2002.

A opção pelo instrumental da securitização derivou da própria especificidade de nosso objeto e das fontes das quais dispomos para estudá-lo. A questão da Tríplice Fronteira se refere à securitização do terrorismo em uma região onde não há consenso sobre a existência de ameaças à segurança norte-americana, mas onde – mesmo na ausência de quaisquer comprovações ou provas –, certas consequências políticas acabam por derivar deste ato de fala. Devido ao fato de não haver, até o presente momento, condições de se confirmar ou refutar estas controversas hipóteses, não me proponho aqui a investigar a Tríplice Fronteira com pretensões de responder se na região operam ou não grupos terroristas e/ou seus apoiadores. Há um grande número de agentes de diversos governos que já se dedicam com grande empenho a esta tarefa e não creio ser plausível pensar que minha análise seria capaz de superá-los. Assim, afasto-me da presunção de que este trabalho deveria ou poderia relevar algo que ainda não seja de conhecimento destes atores ou de outros interessados que dispõe de muito mais recursos que este autor.

O intuito desta pesquisa é um só: dar tratamento acadêmico à questão da Tríplice Fronteira. Nestes termos, não almejo desvendar qualquer mistério ou verdade oculta sobre a região. Também não pretendo confirmar ou falsear a hipotética associação entre a área e agentes do terrorismo internacional. Seguindo Buzan et al. (1998, p.33), penso que avaliações de segurança objetiva estão além da capacidade de nossos instrumentos analíticos. Ao invés disso, o foco do analista deve ser a maneira como os atores e suas audiências securitizam determinadas questões. Temos de entender a securitização como uma forma específica de ato político onde é o ator securitizante e não o analista quem determina se algo deve ou não deve ser entendido como um ameaça existencial. Isto, obviamente, não implica argumentar que os analistas não atuem sobre a securitização. Simplesmente sugere que devemos estar cientes que se buscamos provar que algo “é” um problema de segurança, para além de analistas, nos convertemos, também, em atores securitizantes (Buzan et al., 1998, p.40).

Com isto em mente, minha proposta de estudo encerra uma análise de como o governo norte-americano, através de seus diversos órgãos e agentes, promoveu representações discursivas da Tríplice Fronteira como um foco de ameaça. Seguindo a interpretação de Balzacq (2005) para o processo de securitização, quando analisarmos os atos de fala que buscam securitizar a questão da Tríplice Fron-

teira, teremos de analisar seus efeitos locucionário (o dizer *algo*), ilocucionário (o agir *no ato* dizer algo) e perlocucionário (o viabilizar algo *através* do ato de dizer algo) (HABERMAS *apud* BALZAC, 2005, p.175). No nosso caso em particular, isto implica analisar (1) o que se diz sobre a Tríplice Fronteira (o efeito locucionário), (2) como esse discurso age sobre a representação da ameaça da Tríplice Fronteira (o efeito ilocucionário) e (3) quais são as políticas de segurança viabilizadas através desta ação (o efeito perlocucionário). Nesse sentido, meu método de estudo abarcará a *análise das práticas discursivas de securitização* da Tríplice Fronteira.

Um trabalho como este parte do pressuposto que a linguagem importa. Dizer que a linguagem é componente essencial para compreender as práticas políticas, contudo, não implica reduzir toda a atividade humana aos discursos. Implica tão somente reconhecer que os modos como os agentes humanos lidam com o mundo empírico está inextricavelmente relacionado à estrutura sociolinguística que os envolve e lhes permite atribuir sentido à materialidade que lhes é externa. Nestes termos, uma espada é sempre uma espada e serve como arma letal em qualquer parte do mundo. Mas se ela está nas mãos de um inimigo, pode ser uma ameaça; se está nas mãos de um aliado, pode ser uma proteção. A espada é a mesma, só o contexto social em que está inserida foi alterado. E ademais a classificação de um determinado indivíduo como amigo ou como inimigo depende dos discursos que articulamos sobre ele, isto é, das representações discursivas que por nós lhe são associadas. O mundo empírico importa (a espada é componente indispensável para se compreender o potencial de ameaça ou de proteção), mas sem olhar também para o contexto social e os discursos nele promovidos (os amigos/inimigos e os modos como estas categorias são criadas e reforçadas sociolinguisticamente), não podemos compreender plenamente a situação política que nos propomos analisar. Em uma frase: é impossível compreender a lógica da força física, sem que reconheçamos a força da lógica linguística.

Os discursos não resumem toda a vida política, mas sem dúvida importam. Seu estudo, por exemplo, nos habilita a identificar as “regras de um jogo histórico particular – e o espaço de manobra dentro deste – para analisar como determinados ato tornam-se possíveis” (FIERKE, 2002, p.343). Através de sua observação, podemos evidenciar como determinados significados contribuem para resultados

específicos no campo da política e compreender como os discursos não somente descrevem o poder, como criam o poder. E já que são produtivos, para além de descritivos (DOTY, 1993, p.302), seu mapeamento nos permite identificar como determinados discursos reforçam identidades específicas e naturalizam certas relações de poder de hierarquia, autoridade e violência física: por exemplo, como justificativas racistas para a escravidão serviram para sustentar práticas materiais de poder, aprisionamento, violação física, etc.

Um discurso, isto é, um sistema de declarações no qual cada declaração individual faz sentido, produz possibilidades interpretativas ao tornar virtualmente impossível se pensar foram [deste sistema]. Um discurso fornecer espaços discursivos, isto é, conceitos categorias, metáforas, modelos, e analogias através das quais os significados são criados (DOTY, 1993, p.302).

De acordo com esta lógica, os discursos não são arbitrários. Não somos absolutamente livres para dar aos sujeitos e objetos a interpretação que quisermos, devido, precisamente, a esta delimitação do espaço discursivo que tanto possibilita a ação social, quanto a impõe limites. São fronteiras de caráter social constituídas intersubjetivamente (não dependem exclusivamente da vontade subjetiva), mas são eficientes. Não são limites naturais, mas ainda assim são limites (FIERKE, 2002, p.346). Os agentes interagem *nestes* espaços e *com* estes espaços, moldando-os ao mesmo tempo em que por eles são moldados: os discursos dos agentes influenciam as regras dos jogos lingüísticos que, por sua vez, dão forma à gama de possibilidades de ação. Assim, embora na maior parte das vezes os discursos sejam produzidos e reproduzidos pelos indivíduos de forma não-intencional, os agentes sociais podem “moldar o discurso, fazer uso dele intencionalmente e arranjá-lo estrategicamente para perseguir determinados objetivos” (MÜLLER, 2008, p.325). Dessa forma, podemos entender os discursos como instrumentos através dos quais os atores se tornam habilitados a reforçar determinadas representações que, por sua vez, os permitem exercer seu poder sobre outro sujeito, objeto ou espaço.

Dito isto, a análise de discursos surge como uma via metodológica rigorosa e sistemática das práticas políticas contidas implícita ou explicitamente nas falas adotadas por diferentes atores internacionais. Apresenta-se, assim, como um auspicioso programa de pesquisa (MILLIKEN, 1999, p.228) para analisar a *política de representação* de objetos, sujeitos e espaços (CAMPBELL, 1992) ou a *política de*

nomeação de grupos (BHATIA, 2005), já que tanto em um como em outro caso, trata-se da tentativa de se estabelecer o “verdadeiro” conhecimento sobre um determinado alvo dos discursos para assim tornar possível o engajamento com dito o objeto/sujeito.

Esta opção torna-se particularmente interessante no caso da Tríplice Fronteira e da análise dos discursos de segurança a ela associados se operarmos dois movimentos. Por um lado, (1) se entendermos que “nomear é identificar um objeto, removê-lo do [reino do] desconhecido e então atribuir a ele um conjunto de características, motivações, valores e comportamentos” (BHATIA, 2005, p.8) e (2) se reconhecermos que um agente “não pode prover segurança a alguma coisa a não ser que [...] saiba o que ela é. [O que nos permite concluir que] os modos através dos quais as pessoas, *os territórios* e as coisas são transformados em objetos epistêmicos são parte integrante das problematizações de segurança” (DILLON, 2007, p.8, grifo meu).

O trabalho que pretendo desenvolver quer analisar tal processo de representação discursiva de objetos/sujeitos, assim como as dinâmicas de pretensa descrição de suas “realidade” e “essência”. Porém, mesmo reconhecendo que os discursos podem ser usados de maneira instrumental, entendo que minha análise pode, no máximo, sugerir quais seriam as motivações dos atores, mas *nunca desvendá-las* “verdadeiramente”. Reconhecendo as limitações epistemológicas intrínsecas às minhas fontes (e à maioria dos trabalhos no campo da política internacional), minha intenção é oferecer “uma interpretação sobre o que as práticas discursivas *fazem*, o que não necessariamente coincide com as motivações, percepções e intenções individuais” dos atores envolvidos (DOTY, 1993, p.305, grifo da autora).

Partindo desta premissa, compartilho com Ole Wæver (1996) a crença que o instrumental teórico de análise de discursos serve tanto para os estudos de Análise de Política Externa quanto de Segurança Internacional, pois a maior parcela dos trabalhos escritos nestes dois campos está inescapavelmente limitada a fontes públicas, o que não nos habilita a afirmar que descobrimos as reais e mais sinceras motivações dos atores.

A análise de discurso lida com textos públicos. Não tenta adentrar nos pensamentos ou motivações dos atores, intenções ocultas ou planos secretos. Especialmente para o estudo de política externa onde muito é ocultado, se torna uma imensa vantagem metodológica (WÆVER, 1996).

Com base nestes argumentos, reitero minha postura para deixar claro que este trabalho não se propõe a desvendar qualquer mistério sobre a Tríplice Fronteira. E tampouco requisita a prerrogativa de ter descoberto as motivações ocultas dos atores envolvidos nas dinâmicas de securitização e dessecuritização da área. O propósito deste trabalho é mapear discursos de segurança relacionados a esta região. Em outras palavras, quero (1) identificar como o encontro de fronteiras de Brasil, Argentina e Paraguai têm sido representado em diferentes discursos disputantes; (2) quais têm sido os principais atores engajados neste processo histórico e (3) quais têm sido as mais relevantes/evidentes conseqüências políticas deste processo.

Para realizar esta proposta de pesquisa, foram analisados dois tipos fontes: (1) principais e (2) auxiliares, cada uma, por sua vez, também subdivididas em outras duas categorias. As fontes principais (ou primárias) consultadas foram: (1.1) documentos oficiais publicados por órgãos do governo dos Estados Unidos e (1.2) declarações e pronunciamentos públicos de autoridades norte-americanas.¹⁹ As fontes auxiliares (ou secundárias) foram (2.1) matérias e notícias provenientes da mídia impressa e (2.2) os discursos de especialistas (acadêmicos ou outras autoridades no tema do terrorismo) onde pudessem ser identificados discursos relacionados à Tríplice Fronteira. O material foi coletado em sítios eletrônicos (*sites*) do governo dos Estados Unidos (ver Anexos – Lista de Fontes), de instituições de pesquisa (universidades e *think tanks*) e, principalmente, junto a jornais.

No que se refere a esta última fonte, consultei todas e quaisquer menções ou referências aos seguintes termos: (1) em fontes de *língua inglesa*, “Tri-border Area”, “Triborder Area”, “Triborder Region”, “Tri-border Region”, “Triple Frontier”, “Triple Border”, “TBA”; (2) em fontes de *língua espanhola*, “Triple Frontera”, “Tres Fronteras”; (3) em fontes de *língua portuguesa*, “Tríplice Fronteira” “fronteira tríplice”, “três fronteiras”. Foram mapeados os jornais *Clarín* (1997-2004 | Argentina), *La Nación* (1996-2004 | Argentina), Folha de S. Paulo (1998-2004 | Brasil), O Globo (2001-2004 | Brasil), e ABC Color (2001-2004 | Paraguai), assim como outros periódicos (revistas e jornais) onde, por ventura, fossem identificadas informações e discursos considerados relevantes ao estudo.

¹⁹ Um ótimo repositório de documentos oficiais do governo norte-americano está disponível no endereço eletrônico: <<http://usasearch.gov>>.

A maior parte das informações relativas aos movimentos de securitização da Tríplice Fronteira foi encontrada nestas fontes sul-americanas por um motivo simples: os discursos sobre a região repercutiam muito mais nas audiências de Brasil, Argentina e Paraguai do que na norte-americana. A possível presença de terroristas internacionais na Tríplice Fronteira era tida como uma questão da maior prioridade para opinião pública destes países, pois, na atmosfera de risco iminente que caracterizou o pós-11 de Setembro, indicaria que atentados similares aos ocorridos nos Estados Unidos poderiam ter lugar na América do Sul. Já no caso dos Estados Unidos a Guerra ao Terror estava mais focada no Oriente Médio, principalmente nos *fronts* do Afeganistão e do Iraque, pautas que se tornaram prioritárias dos noticiários norte-americanos e fizeram com que a questão da Tríplice Fronteira fosse tratada apenas esporadicamente nestes meios. Assim, não foi possível realizar uma coleta de informações tão abrangente quanto o desejado nas fontes norte-americanas devido ao fato de estas não realizarem um acompanhamento tão sistemático quanto as fontes sul-americanas. Conseqüentemente, neste caso foram mapeadas as poucas (embora significativas) menções à Tríplice Fronteira entre 2001 e 2004.

Feitos estes esclarecimentos e ressalvas, podemos passar aos capítulos seguintes desta dissertação, que agora apresento de forma sucinta. No *segundo capítulo*, detalho o marco teórico e as ferramentas utilizadas para a análise da questão da Tríplice Fronteira. Parto de um balanço da literatura da subárea de relações internacionais e da história do conceito de segurança para chegar à contribuição da Escola de Copenhague. Ademais, proponho um diálogo entre a teoria da securitização (a construção social da ameaça) e a literatura da Geopolítica Crítica (a produção política do espaço) como uma forma de pensarmos a articulação de discursos hegemônicos de exceção sobre a Tríplice Fronteira (um espaço representado como ameaça, onde são permitidas medidas excepcionais).

O *terceiro capítulo* é composto por três seções e sua principal meta é estabelecer em que *contextos* históricos se articulam os *textos* de securitização da Tríplice Fronteira. Na primeira seção, analiso as características da política externa no governo de George W. Bush, buscando compreender seu perfil neoconservador e hegemônista. Relembro, ainda, os atentados de 11 de Setembro a declaração de Guerra ao Terror. Na segunda parte, analiso o relacionamento histórico dos Esta-

dos Unidos com as quatro ondas históricas do terrorismo político (anarquista, anticolonial, da nova esquerda e religiosa), abarcando o período entre o século XIX e os ataques ao pentágono ao WTC no início do século XXI. Por último, avalio as distintas formas de inserção da América Latina na agenda de segurança dos Estados Unidos, partindo da Doutrina Monroe e das intervenções em defesa da democracia, passando pela Guerra Fria e a Guerra às Drogas, até chegar, no pós-11 de Setembro, ao nexos crime-terror.

O *quarto capítulo* oferece uma análise dos discursos norte-americanos sobre a questão da Tríplice Fronteira para que possamos compreender o processo de inserção da área na agenda de segurança dos Estados Unidos e identificar quais práticas políticas tornaram-se possíveis a partir deste movimento. Mapeio, nesta parte do texto, as diferentes fases históricas e mutações dos discursos que se referem a este espaço de fronteira, observando desde suas primeiras representações como uma área remota até movimentos posteriores e mais incisivos de securitização. Assim procedendo, consigo captar as variadas formas de tratamento linguístico dispensado à região, entre as quais destaco: bomba-relógio, área sem lei, santuário para terroristas do Oriente Médio, centro de financiamento e apoio operacional para os mesmos, entre tantas outras que buscam promover a imagem da região como um foco, lugar ou espaço de ameaça à segurança dos cidadãos e interesses dos Estados Unidos e/ou de seus aliados.

Finalizo esta dissertação com um breve *capítulo de conclusão*, no qual faço um balanço dos argumentos desenvolvidos ao longo da dissertação para explicitar os métodos e as formas através das quais a Tríplice Fronteira foi securitizada e, conseqüentemente, inserida na agenda norte-americana de Guerra ao Terror. Tendo algumas breves considerações finais, encerro minha contribuição.